

Leda Maria Caira Gitahy

Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP, Brasil)
leda@ige.unicamp.br

CRISE, TRABALHO E (DES)EMPREGO

CRISIS, WORK AND (UN)EMPLOYMENT

RESUMO

O objetivo deste trabalho é iniciar uma reflexão sobre o impacto da crise atual no processo de transformação da organização do trabalho e das relações industriais em curso na indústria brasileira. O tema da crise costuma ser abordado a partir dos seus efeitos mais imediatos: inflação e desemprego. Mas, nós gostaríamos de começar a abordá-la, a partir de um período anterior - o período de crescimento econômico conhecido como "milagre brasileiro" (1969-1973) - e do ponto de vista do emprego, ou seja, pretendemos partir da evolução do emprego industrial e das características da divisão técnica e social do trabalho e da sua organização, no interior da indústria brasileira a partir do início dos anos 70. A década de 70 se caracteriza no Brasil como um período de grande expansão industrial e, se bem os sintomas da crise e da recessão econômica já se fazem sentir a partir de 1974, eles só vão se manifestar de forma mais clara ao nível do emprego industrial, a partir de 1981.

Palavras-Chave: Crise; trabalho; desemprego; anos 80

ABSTRACT

The objective of this work is to initiate a reflection on the impact of the current crisis in the transformation process of the organization of work and industrial relations underway in the Brazilian industry. The theme of the crisis is usually approached from its more immediate effects: inflation and unemployment. But we would like to start addressing it from an earlier period: the period of economic growth known as the "Brazilian miracle" (1969-1973). And yet, treat it from the point of view of employment. We intend from the evolution of industrial employment and characteristics of technical and social division of labor and its organization within the Brazilian industry from the early '70s. The 70 in Brazil is characterized as a period of great industrial expansion and , although the symptoms of the crisis and the economic recession are being felt from 1974 , they will only manifest more clearly the level of industrial employment from 1981.

Keywords: Crisis; work; (un)employment; 80's

Universidade Federal do Espírito Santo

Endereço

Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras
29.075-910, Vitória-ES
gestaoeconexoes@gmail.com
gestaoeconexoes@ccje.ufes.br
<http://www.periodicos.ufes.br/ppgadm>

Coordenação

Programa de Pós-Graduação em Administração
(PPGADM/CCJE/UFES)

Artigo convidado

Recebido em: 22/10/2013
Aceito em: 09/11/2013
Publicado em: 15/11/2013

1. A EXPANSÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL¹

A evolução do emprego industrial nesse período, questionou as teses de alguns autores latinoamericanos² que afirmam que, no caso dos países dependentes, tanto o crescimento econômico, quanto a modernização levariam à criação de um número de empregos reduzido no setor industrial tanto para os homens quanto para as mulheres e que, estes novos empregos criados seriam ocupados fundamentalmente por trabalhadores qualificados. Estes supostos efeitos da introdução das novas tecnologias implantadas a partir dos anos 50, tenderiam a aumentar o desemprego e o subemprego e, no caso da força de trabalho feminina, o seu impacto seria duplamente negativo (HUMPHREY, 1983).

Se bem os dados dos anos 50-60 aparentam confirmar essas hipóteses, a evolução posterior e principalmente o período 70-80, as colocam em cheque (conforme Tabela 1).

Entre 1970 e 1980, verifica-se um crescimento acelerado do emprego industrial, tanto em números absolutos, como relativos. Se, em 1970, 18,4% da população economicamente ativa brasileira se concentrava na indústria, em 1980 essa porcentagem se eleva a 24,4% (cf. tabela 1). A taxa anual de crescimento da população economicamente ativa na indústria foi de 7%, ligeiramente superior à da PEA urbana (6,4%) e 3 pontos acima do crescimento anual da PEA brasileira. (4%)³.

Tabela 1: Proporção da população economicamente ativa ocupada em atividades industriais no Brasil - 1950 a 1980

Como % da PEA urbana		Como % da PEA total	
1950	35,3%	Indústria	14,1%
		Indústria de transformação	9,3%
1960	28,7%	Indústria	13,3%
		Indústria de transformação	8,5%
1970	32,9%	Indústria	18,4%
		Indústria de transformação	10,9%
1980	34,8%	Indústria	24,4%
		Indústria de transformação	15,7%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

¹ Comunicação apresentada no simpósio "CRISE, TRABALHO E (DES) EMPREGO" durante a 35ª Reunião Anual da SBPC em Belém (PA), julho de 1983.

² Conforme Saffioti (1978), Sautu (1980), Chancy and Schmink (1976). Para uma discussão mais detalhada dos argumentos desses autores consultar Humphrey (1982 e 1983).

³ Conforme IBGE, Censo Demográfico de 1970 e tabulações avançadas do Censo Demográfico de 1980.

2. AS MUDANÇAS NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

No mesmo período, verifica-se uma mudança quantitativa e qualitativa da participação feminina na composição da força de trabalho industrial brasileira. Por um lado, cresce a porcentagem de trabalhadoras na indústria como um todo e por outro muda a sua distribuição entre os diferentes ramos industriais (GITAHY ET AL, 1982).

Comparando os dados dos Censos Demográficos de 1970 e 1980, observamos que, enquanto o número de homens quase duplica, o número de mulheres quase triplica:

Tabela 2: Composição da mão-de-obra industrial por sexo

	1970		1980	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Indústria (Total)	4.782.248 88,2%	642.114 11,8%	8.885.592 83,2%	1.789.025 16,8%
Indústria de Transformação	2.633.050 81,2%	608.811 18,8%	5.180.545 75,6%	1.678.053 24,5%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970 e 1980.

As mulheres, antes concentradas fundamentalmente nos setores considerados tradicionalmente "femininos" - como têxtil, confecção, fumo e calçados - passam a aumentar a sua participação relativa em todos os setores industriais, com exceção das indústrias têxtil e química e a compor gradualmente contingentes de assalariados dos setores dinâmicos e modernos, concentrando-se especialmente em segmentos das indústrias metalúrgicas como os de material elétrico e eletrônico e o de autopeças.

Do ponto de vista da posição ocupada por elas, essas trabalhadoras se concentram em atividades de produção direta, em funções classificadas como não-qualificadas ou semi-qualificadas. As tarefas realizadas por elas são monótonas, repetitivas, rápidas (ciclos de poucos segundos), exigindo destreza e habilidade manual. Seus salários são mais baixos que os masculinos, acentuando-se a diferença com a idade, o salário médio feminino varia na indústria paulista (RAIS, 1979) entre o 60% do salário médio masculino, na indústria mecânica e o 35% na indústria farmacêutica. Essa discriminação salarial não se explica pela educação formal, nem pela menor estabilidade da mão de obra feminina - já que se considerando as piores condições de trabalho, é possível afirmar que as mulheres são mais estáveis que os homens - e se legitima através da forma em que são classificados os cargos ocupados por elas, ou seja, através do que aparece como "qualificação profissional" (GITAHY ET AL, 1982).

Brisolla (1982: p. 248), analisando todas as ocupações no mercado de trabalho brasileiro em 1970, mostra, através de uma análise de regressão, que a única variável que explica as diferenças salariais entre as ocupações menos qualificadas é o sexo.

3. A RETOMADA DAS LUTAS OPERÁRIAS E O AUMENTO DA SINDICALIZAÇÃO

A década de 70 se caracteriza também pela retomada das lutas operárias a partir do ciclo das greves de 78-80. Nesse período, verifica-se um aumento da sindicalização de trabalhadores urbanos - superior aos índices de crescimento da PEA urbana -, sendo essa tendência mais acentuada entre as mulheres (GITAHY ET AL, 1982).

Os temas levantados pelos trabalhadores durante esse período foram, além da questão salarial, o da autonomia e liberdade sindical e os relativos às condições de trabalho e à organização do trabalho no interior das empresas (LEITE, 1982).

4. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Alguns estudos empíricos a respeito do processo de trabalho na indústria mostram que as opções "técnicas" adotadas pelo capital tanto em relação com a organização do trabalho como relativas às técnicas de produção estão relacionadas com as características da mão-de-obra (sexo, idade, grupos étnicos, grau de organização e resistência, mobilidade, etc.) e com as formas de dominação e/ou articulação político-social existentes no conjunto da sociedade.

Fleury (1978), em uma pesquisa realizada no campo da engenharia de produção, em 1976/77 na indústria paulista, constrói um modelo conceitual baseado nas teorias existentes sobre o tema. Essas teorias, em sua argumentação, basicamente relacionam as características da organização do trabalho com a maximização da produtividade / eficiência do sistema a partir das características técnicas das empresas (ramo, tamanho, tamanho das séries, produtos-finais, etc.). A verificação empírica do modelo colocou em questão, entretanto, a utilização prática dessas teorias no contexto industrial, mas levou à formulação de outro modelo explicativo. Uma nova pesquisa de campo foi realizada, "concluindo que, para as pessoas responsáveis pelo estabelecimento de tais características, os problemas sociais subjacentes à questão são mais importantes que o aspecto técnico, o que os leva a relegar a questão da produtividade a um segundo plano" (FLEURY, 1978).

O modelo de organização do trabalho encontrado por Fleury em todas as empresas, independentemente de suas características específicas (ramo, tamanho, tipo de produto, etc.) e que ele chama de "rotinização" é justificada não em termos técnicos, mas sim em termos políticos e sociais, relacionados aos aspectos de controle da mão de obra, "Partindo de uma concepção do operariado em que: é grande o contingente de mão de obra não qualificada, o custo da mão de obra é muito baixo; é uma mão de obra instável; a rotinação propõe um esquema cujo objetivo não é utilizar essa mão de obra de maneira produtiva, mas sim criar condições que evitem que essa mão de obra possa vir a criar conflitos no interior da fábrica" (Fleury 1979, 114-115). A rotinação operacionaliza esses objetivos não permitindo o agrupamento de pessoas, não possibilitando a qualificação e o aperfeiçoamento, o que por sua vez induz uma alta taxa de rotatividade que dificulta o vínculo sindical. O trabalho "não é organizado visando a produtividade e sim buscando evitar a organização dos trabalhadores, o que poderia vir a trazer problemas para as empresas." Assim, a questão da dominação sobrepuja a questão da produtividade (que por sua vez está relacionada com o ritmo de acumulação) (FLEURY, 1979, p. 115).

Aqui é importante notar que o fenômeno observado por Fleury em sua pesquisa é o resultado de toda uma visão político-social vigente na sociedade brasileira no período considerado, onde toda forma de organização por parte dos trabalhadores é vista como ameaça à Ordem e à Nação, já seja pelos empresários ou pelo Estado e que passa a ser questionada, inclusive no meio empresarial, em quanto à sua eficácia com o ressurgimento das lutas operárias a partir de 1978.

Humphrey (1982), numa pesquisa realizada entre 1974 e 1980 expõe, as características do sistema de uso e controle da força de trabalho na indústria automobilística brasileira nos anos 70 e mostra "como isso derivou de uma situação social e política específica, que existia na época". A partir dessa análise ela trata de explicar o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores no final do período (HUMPHREY, 1982, p.16).

O sistema de organização do trabalho encontrado por Humphrey na indústria automobilística é basicamente o mesmo encontrado por Fleury: parcelização extrema de tarefas, uso extensivo de mão de obra não qualificada, rotatividade elevada e induzida, associadas no caso da indústria automobilística a salários mais elevados que em outros setores.

A esses elementos ele agrega a legislação trabalhista (que se mantém desde 1937, da qual se eliminam a estabilidade e o direito de greve) e que permite o controle estrito

dos sindicatos através de intervenções do Estado e das políticas de controle exercidas pelas empresas. A rotatividade é usada, não só para baratear os custos de mão de obra, mas também para adequar a produção aos fluxos do mercado, e principalmente para disciplinar a mão de obra e garantir os intensos ritmos e intensidade da produção.

A ela se agrega uma política salarial interna encontrada nas grandes empresas de diferentes setores industriais, baseada em uma complicada estrutura funcional caracterizada por existir em cada empresa um número muito grande de cargos, cada um associado a um nível salarial⁴. Esses cargos, especialmente no que se refere aos trabalhadores não-qualificados e semiqualificados, não refletem conteúdo diferenças significativas em termos do conteúdo das tarefas realizadas pelos trabalhadores, seja em termos de tempo de treinamento ou de eficiência / produtividade. A promoção significa na realidade um aumento salarial e não uma mudança em termos da tarefa realizada. Essa estrutura funcional é parte da política de controle da mão de obra exercida pelas empresas em que se combina o contrato individual de trabalho, rotatividade e a estrutura funcional como forma de submeter a mão de obra à sua rígida disciplina, hierarquia e intensos ritmos de produção.

A comparação entre funções "masculinas" e "femininas" põe em evidência a forma em que se dá a classificação dos cargos, ou seja, não refletindo critérios de qualificação no sentido do conteúdo da tarefa, mas os salários necessários para atrair trabalhadores do tipo necessário (homens, mulheres, jovens, etc., para esse tipo de trabalho) e mostra como a discriminação salarial se legitima sob a máscara da "qualificação profissional" (GITAHY ET AL, 1982).

Humphrey relaciona o caráter autoritário das relações de trabalho vigentes nessas empresas com o contexto político em que se verificam e mostra como essas relações tendem a modificar-se com o renascimento do movimento operário, o início do ciclo das grandes greves e com o processo de "abertura política" ou "redemocratização controlada", que se inicia no país a partir de 1974.

Se o trabalho de Fleury aponta para a importância aos aspectos relativos às formas de dominação na determinação da organização do trabalho no interior das empresas, já o trabalho de Humphrey trata de analisar a dinâmica desse processo a partir da atuação dos diferentes sujeitos políticos e sociais (os trabalhadores, os empresários e o Estado) e das características do desenvolvimento industrial no período.

⁴ É quase impossível comparar as descrições de cargo entre as diferentes empresas, ainda que do mesmo setor.

Aqui, é interessante observar o caráter contraditório do resultado dessa atuação. No bojo de um modelo de organização do trabalho que visa explicitamente impedir a organização dos trabalhadores no interior das empresas, se gesta, justamente dentro das fábricas, a organização que sustentou as greves de 1978-1980 (no caso de São Bernardo com o sindicato e no de São Paulo apesar do sindicato). Por outro lado, se a relação entre os sindicatos e o Estado foi uma constante fonte de debilidade no movimento sindical, ela resultou em vários momentos na politização dessas lutas (GITAHY, 1980a, p. 11). A rápida politização do movimento nos anos 70 ilustra esse fenômeno.

Esses trabalhos mostram a necessidade do estudo da articulação entre variáveis sociais, culturais e políticas para compreender a dinâmica do processo de trabalho capitalista em seu duplo caráter de produção de valores de uso e valorização, e o desenvolvimento da divisão do trabalho e da tecnologia.

5. CONCLUSÕES: CRISE, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO

Retomando o tema da crise, que em termos do emprego industrial só se manifesta de forma dramática a partir de 1981, gostaríamos de assinalar que seus primeiros sintomas já se manifestam a partir de 1974 - as taxas de crescimento econômico começam a cair, os índices de preços a subir, a inflação a crescer e a dívida externa a aumentar vertiginosamente. Nesse momento, protestos e críticas emergem de diferentes setores - inclusive empresariais e como resultado o governo inicia o processo de distensão política (GITAHY, 1980a e b).

Nesse sentido, o processo de abertura política é um dos "efeitos" dessa crise. A necessidade de rediscussão do modelo político-econômico no interior das classes dominantes e a necessidade de apoio social para enfrentar a crise abrem espaço para a manifestação de outros setores sociais. Ao mesmo tempo, os movimentos de trabalhadores se reorganizam e o descontentamento com a organização e as condições de trabalho no interior das empresas emerge.

Face às greves, a atuação do Estado em relação aos movimentos de trabalhadores oscila entre a não intervenção (1978) e a intervenção direta (1979 e 1980), mas não no nível utilizado durante o "milagre", onde a polícia era chamada, pela administração das empresas, a intervir inclusive em pequenos conflitos internos.

Frente a essa situação verificamos que ainda não existe uma política clara, seja por parte dos empresários, do Estado e mesmo do movimento sindical em seu conjunto a

respeito das novas formas de relações industriais a serem introduzidas. Quanto à legislação a CLT está sendo rediscutida, mas há controvérsia no interior dos distintos setores a respeito do conteúdo dessas modificações.

Experiências tão diversas como a das Comissões da FORD, Volkswagen e Scania e mesmo os CCQ e KANBAN são tentativas de redefinição desse sistema. O estabelecimento de novas fábricas ou mudança de empresas para localidades menos "conflitivas" são tentativas de resolver ou fugir do problema.

Ao mesmo tempo, a intensificação da crise e o desemprego modificam a posição relativa dos trabalhadores em termos da negociação. As pesquisas que estão sendo realizadas em fábricas em 1982 e 1983⁵ mostram como a crise é utilizada pela administração no interior das empresas no sentido de disciplinar a mão de obra, rebaixar os salários, etc. A rotatividade por razões de disciplina e por iniciativa do empregado tende a desaparecer. Vários supervisores costumam comparar a situação atual (de disciplina) com a situação em 80 (período de escassez relativa de mão de obra e de "indisciplina" da mão de obra).

Finalmente, é preciso assinalar que a crise atual significa um processo de reestruturação do aparato produtivo e que se verifica num momento em que a introdução de novas tecnologias (máquinas ferramentas com controle numérico, robotização, utilização da microeletrônica, etc.) começa a proliferar no interior da indústria.

Essas mudanças, cujas dimensões não é possível avaliar por falta de dados suficientes a respeito, necessitam ser compreendidos no quadro das novas estratégias de acumulação do capital e de racionalização do processo de trabalho, observado nos países avançados. Björkman *et al* (1981) observam uma tendência à passagem da estratégia MAX (maximização do uso das máquinas associado à economia do espaço) que se relacionam à economia do capital constante à estratégia PIW (controlar o fluxo de "produtos em trabalho"), utilizando na indústria de série características de indústria de processo, e que se refere à economia de capital circulante. Em termos da organização de trabalho, as conseqüências da primeira estratégia são: produção em massa, em grandes unidades industriais, trabalho em turnos, aumento da intensidade e ritmos de trabalho, pouca diversificação de tarefas, aumento da parcelização e da standardização. Já as conseqüências da segunda são: maior automação, maior controle do tempo, redução e quase desaparecimento dos setores de armazenamento de matérias primas e produto (a produção se inicia a partir da ordem do consumidor), modificação na estrutura de

⁵ Comunicação de Helena Hirata e John Humphrey durante um seminário do grupo "Operárias na Indústria" dez/1982, CEDEC SP.

qualificação e, finalmente, se assinala a importância da utilização de um *lay-out* mais flexível, com unidades paralelas e descentralização da produção (produção em pequena escala no interior de grandes empresas).

Essas modificações, que vão no sentido da economia do trabalho humano, colocam na ordem do dia o impasse sociedade do tempo livre *versus* sociedade do desemprego e o tema do trabalho e da abolição do trabalho - heteronomia e autonomia e o do tipo de sociedade que queremos (GORZ, 1982).

Os movimentos sociais na Europa e Estados Unidos, a partir do final da década de 70 (movimento ecológico, greves selvagens, movimento de mulheres e movimento pela paz), levantaram essas questões e a retomada do estudo do processo de trabalho nos parece uma conseqüência dessas preocupações. No Brasil, esses movimentos surgem durante a década de 70 e a análise das suas reivindicações e de seu desenvolvimento nos indica que os enfoques políticos que tratam de reduzir essas reivindicações a seu mínimo denominador comum são incapazes de dar conta da sua diversidade e riqueza, e da dimensão da crise atual em termos de possibilidades de mudanças políticas, econômicas e culturais.

REFERÊNCIAS

- BJÖRKMAN, T. *et al* (1981). "Work Relations, Capital Accumulation and Technological Change", mimeo, Universidade de UPPSALA.
- BRAVERMAN, H. (1977). Trabalho e Capital Monopolista, Rio Zahar.
- BRISOLLA, S. (1982). Formas de Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho, tese de doutoramento. DEPE-UNICAMP.
- CHANEY, E.M. and SCHMINK, M. (1976). "Women and Modernization: access to tools", in June Nash and Helen Safa (eds), Sex and Class in Latin America. New York, Praeger.
- CORIAT, B. (1976). Ciência, Técnica y Capital, Rosário (Madrid), H. Berme Ed.
- FLEURY, A.C.C. (1978). Organização do Trabalho Industrial: um confronto entre teoria e realidade, tese de doutoramento, POLI-USP.
- DIEESE (S/d). Contribuição em Produtividade e Campanha Salarial, Estudos Sócio-Econômicos no. 4, DIEESE, São Paulo.
- GITAHY, L. (1980a). "Den Kapitalistiska Arbetsprocessens Dubbelkaraktär en Kritik av Bravermans degraderingstenen"; mimeo, Universidade de UPPSALA.
- GITAHY, L. (1980b). Workers and the Labour Process: a Case-study of a Swedish Owned Industry in Brazil. Universidade de UPPSALA.
- GITAHY, L. *et al* (1982). "As Operárias: Sindicalização e Reivindicações" em Revista de Cultura e Política, nr 8, CEDEC - Cortez Editora, São Paulo.
- GITAHY, L. *et al* (1982). "Workers struggles and Working Women Struggles in São Bernardo do Campo" - mimeo, CEDEC - São Paulo.
- GORZ, A. (1980). Crítica da Divisão do Trabalho. São Paulo, Martins Fontes.
- GORZ, A. (1982). Adeus ao Proletariado. Rio, Forense Universitária.

HUMPHREY, J. (1982). *Fazendo o Milagre; Controle Capitalista e luta operária na Indústria Automobilística brasileira*, Petrópolis, VOZES/ CEBRAP.

HUMPHREY, J. (1983). "The Growth of Female Employment in Brazilian Manufacturing Industry in the Nineteen Seventies" - draft-paper, Universidade de Liverpool.

LEITE, M. (1982). "Processo de Trabalho e Reivindicações Sindicais", mimeo - CEDEC.

SAFFIOTI, H. B. (1978). *Women in a Class Society*, New York, Monthly Review.

SAUTU, R. (1980). "The Female Labour Force in Argentina, Bolívia and Paraguay", *Latin American Research Review*, XV (2): 152-61.

Leda Maria Caira Gitahy

Professora Doutora (MS-3) do Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT/Unicamp). Bacharel (UPPSALA, 1979) e mestre em Ciências Sociais (UPPSALA, 1980). Doutora em Sociologia pela Uppsala Universität (UPPSALA, 2000).